

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025/SRP/NSS

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PROCESSO N° 41/2025/SEMUSA

SETOR	Central de Licitações e Contratos – SEMAD
TIPO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO DO ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO E FECHADO
ORÇAMENTO SIGILOSO	SIM
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e suas correspondentes alterações e a Lei Complementar nº 01 de 28 de janeiro de 2025 (municipal).
OBJETO:	Registro de preços visando futura e eventual aquisição de Materiais Hospitalares para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
ORGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PARTICIPAÇÃO:	<p>Os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 são destinados à ampla participação;</p> <p>Os itens 54, 55, 56, 57, 58 e 59 referem-se à reserva de cota de até 25% do objeto, cuja participação será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte, em observância ao disposto no artigo 48, inciso III da Lei Complementar 123/2006;</p> <p>Os itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53 são destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, em observância ao disposto no artigo 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006.</p>
SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	DIA
	10/12/2025
	HORÁRIO
	09:00 horas
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o <u>horário de Brasília/DF</u> e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:	
<ul style="list-style-type: none"> - Central de licitações e contratos – via e-mail: licitacao@socorro.se.gov.br; - Sítio Eletrônico da Prefeitura - https://www.socorro.se.gov.br 	



- Portal de disputa da sessão – www.licitanet.com.br
- E-mail do(a) pregoeiro(a): rayanneandrade.pmnss@gmail.com
- Endereço: Central de Licitações e Contratos - Avenida Vereador João Dias da Cruz, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, Centro Histórico, CEP 49150-090 – Nossa Senhora do Socorro/SE.



EDITAL DE REABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025/SRP/NSS

O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-58, com sede localizada no Centro Administrativo José do Prado Franco, na Avenida Vereador João Dias da Cruz, S/N, Centro Histórico, CEP nº 49.150-090 - Nossa Senhora do Socorro/SE, através de sua **Secretaria Municipal da Administração – Orgão gerenciador**, realizará licitação, para **Registro de Preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nº **14/2025/SRP/NSS**, do tipo **Menor preço**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 001 de 28 de janeiro de 2025 (municipal) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços visando futura e eventual aquisição de **Materiais Hospitalares para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. A participação na presente licitação eletrônica se dará através do LICITANET, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 são destinados à **ampla participação entre os interessados**;

3.6. Os itens 54, 55, 56, 57, 58 e 59 referem-se à reserva de **cota de até 25% do objeto**, cuja **participação será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte**, em observância ao disposto no artigo 48, inciso III da Lei Complementar 123/2006;

3.7. Os itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53 são destinados à **participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, em observância ao disposto no artigo 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006.

3.7.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7.2. Será concedido cota reservada correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, nos termos do art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 147/2014).

3.5.2.1 – Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, prevendo, ainda, que em não havendo participantes para a cota reservada, resultando deserta, esta poderá ser integrada à cota principal para efeitos de disputa.

3.5.2.2 – No caso de não haver vencedor para a cota principal, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota reservada ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota reservada.

3.5.2.3 - Se a mesma empresa restar vencedora das cotas reservada e principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.9.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.9.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.9.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.9.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.9.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.9.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.9.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.9.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexibilidade do objeto.
 - 3.9.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.9.11.** Pessoa Física;
 - 3.9.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.10.** O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição; \(Inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021\)](#)

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; ([Inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021](#)).

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e;



4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total para os itens;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.1 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado diariamente pelos participantes por meio do portal www.licitanet.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

6.1.1. O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas preenchidas no sistema eletrônico na forma do item 4.2, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que identifique o licitante (nos campos preenchidos no sistema eletrônico), que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

6.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a)e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.10. Observado o disposto no item 6.9, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10.1. O(a) pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica via sistema.

6.10.2. Eventual exclusão de proposta do fornecedor, de que trata o item 6.9.1, implica a retirada do fornecedor do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.10.3. Durante a sessão pública, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.11. O procedimento a ser adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o

período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.18. Na hipótese de licitação com ampla participação, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nas condições do subitem anterior, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O(a) Pregoeiro(a)solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punitas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.6.1. e 4.4. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022).

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e;

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Finalizada a fase de julgamento, o(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, válidos, que constam no **ANEXO I** deste Edital, e para fins de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica constam nos **subitens 11.21 a 11.33** do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.



8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista constam no **ANEXO I** deste Edital, e para fins de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica constam no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A documentação exigida para fins de habilitação deverá ser encaminhada através de funcionalidade própria do sistema de realização da licitação (www.licitanet.com.br), em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

8.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada através do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



9.1. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1.1. O órgão Gestor da Ata de Registro de Preços:** Secretaria Municipal da Administração.
- 9.2.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a)** solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.4.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.5.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.6.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços
- 9.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.8.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 9.10.** Não será permitida a adesão de unidade não-participantes.
- 9.11.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021, inclusive a prorrogação integral dos quantitativos registrados, com cancelamento de eventual saldo que subsista ao final do primeiro ano de vigência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

10.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021,](#) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de licitações e contratos, no Centro administrativo José do Prado Franco, situado na Avenida Vereador João Dias da Cruz, S/N, Bairro Centro Histórico CEP: 49150-090, Nossa Senhora do Socorro/SE.

1. 10.11. Os interessados acompanharão o processo no sítio eletrônico www.socorro.se.gov.br e no sistema www.licitanet.com.br.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. Após a publicação da ata de registro de preços, os órgãos e entidades participantes da ata de registro de preços poderão celebrar contratações dentro do prazo de validade da ata, que terá sua vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, inclusive a prorrogação integral dos quantitativos registrados, com cancelamento de eventual saldo que subsista ao final do primeiro ano de vigência.



12.2. As Contratações formalizar-se-ão mediante a assinatura a Ordem de Fornecimento entre as unidades participantes ou pelas entidades aderentes e os fornecedores beneficiários da ata de registro de preços.

12.3. A Ordem de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor, que deverá assiná-lo e devolvê-lo ao órgão solicitante no prazo de **02 (dois) dias**, a contar da data do seu recebimento.

12.4. O prazo previsto para assinatura da Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pela Administração.

12.5. Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, perderá o direito à contratação e estará sujeito às penalidades descritas neste Edital e no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, consoante estabelecido no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. A Ordem de Fornecimento firmado durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços produz efeitos até o total cumprimento das obrigações pelas partes, mesmo após o término da vigência da Ata.

12.7. Na assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.3. Multa:

13.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

13.3.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

13.3.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.3.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) até 20% do valor da contratação.

13.3.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, até 20% (vinte por cento);*

13.3.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de até 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

13.3.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, até 10% (dez por cento).*

13.3.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de até 10% (dez por cento) do valor da contratação .*

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



13.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez por cento) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

13.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.3.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.9.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse

caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.9.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9.8. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três)** dias úteis antes da data da abertura do certame, (art. 164 da Lei 14.133/2021).

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias** úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados;

14.3.1. De forma eletrônica, através do sistema www.licitanet.com.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.socorro.se.gov.br e no sistema www.licitanet.com.br.

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1. ANEXO I - Documentação exigida para habilitação

15.12.2. ANEXO II – Termo de Referência

15.12.2.1. Apêndice 01 do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

15.12.2.2. Apêndice 02 do Anexo II – Mapa de Risco

15.12.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Nossa Senhora do Socorro/SE, 26 de novembro de 2025.



Rayanne de Andrade Silva
Pregoeira



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO – PADRÃO

1. Habilitação jurídica:

- 1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sede da matriz;
- 1.6. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no país: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 1.7. Os documentos de habilitação jurídica elencados deverão estar acompanhados de todas as alterações que tenham sido realizadas e registradas perante o órgão competente, ou apresentar a última alteração realizada e registrada, desde que traga em seu bojo a consolidação da versão final do ato constitutivo.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital/Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, visto que tais informações já constam no Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI a que se refere o item 1.3.

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.8. Caso o fornecedor detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

3. Declarações gerais

3.1. Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.2. Declaração de que sua proposta econômica comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

3.3. Declaração formal atestando a inexistência de vínculo empregatício, em seu quadro de funcionários, de quaisquer servidores públicos municipais, bem como de seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA FINAL CONSOLIDADO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº xx/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais Hospitalares para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, sob a forma de Registro de Preços.

AMPLA PARTICIPAÇÃO				
ITEM	COD	DESCRIÇÃO	Quant	UND
1	23197	APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA - APARELHO PARA MEDAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL, INCLUINDO GORDURA, MÚSCULO, ÁGUA CORPORAL E IMC. COM DISPLAY DIGITAL E FUNÇÃO DE MEMÓRIA PARA ARMAZENAR (Ampla Concorrência)	8	UND
2	23239	APARELHO DE ULTRASSOM COM JATO BICARBONATO: ASPECTO FÍSICO: MOTOR DE BANCADA, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO ABS , INDICAÇÃO:PERIODONTIA/ENDODONTIA/PRÓTESE/DENTÍSTICA , FONTE: ELÉTRICO , INSTALAÇÃO: PONTO DE ENERGIA , COMPONENTES ADICIONAIS: BOMBA PERISTÁLTICA/ RESERVATÓRIO P/ LÍQUIDO/PEDAL , COMPONENTES: 2 PEÇAS DE MÃO, 3 PONTEIRAS. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA	30	UND
3	23193	BALANÇA PESAR PESSOAS - CAPACIDADE: 200 KG, DIVISÃO: 100 G, ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOSTRADOR LCD E ANTROPÔMETRO. HOMOLOGADA PELO INMETRO. AMPLA CONCORRÊNCIA	113	UND
4	24225	CADEIRA DE RODAS ADULTO NA COR PRETA, DOBRÁVEL EM ALUMINIO, RESVETIDA EM NEO PRENE, COM SUPORTE PARA OS PES, TRAVA, ACO . (AMPLA CONCORRÊNCIA art. 48, III, da LC 123/2006)	113	UND
5	23042	CADEIRA DE RODAS MANUAL DOBRÁVEL E MAÇO CARBONO PARA OBESOS.CAPACIDADE DE SUPORTAR ATÉ 180KG.ASENTO 62CM. AMPLA CONCORRÊNCIA	38	UND
6	24226	CADEIRA DE RODAS INFANTIL NA COR PRETA DOBRÁVEL EM ALUMINIO REVESTIDA EM NEOPRENE, CM SUPORTE PARA OS PES, TRAVA. (AMPLA CONCORRÊNCIA art. 48, III, da LC 123/2006)	75	UND

EXCLUSIVO ME/EPP

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	Quant	UND
------	-----	-----------	-------	-----

7	23209	ADIPÔMETRO - OPERAÇÃO: DIGITAL, MATERIAL: PLÁSTICO, RESOLUÇÃO: RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 60 MM, PRESSÃO: CERCA DE 10 G/MM ² , TOLERÂNCIA: TOLERÂNCIA ATÉ 0,5 MM- (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	40	UND
8	23191	APARELHO MANUAL PARA AFERIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL, COM BRAÇADEIRA AJUSTÁVEL. MANÔMETRO TIPO ANEROIDE COM MOSTRADOR EM FORMATO DE RELÓGIO, MATERIAL DA BASE EM DURALUMÍNIO, E ESCALA VISÍVEL DE 0 A 300 MMHG. DEVE SER ADEQUADO PARA ADULTOS, COM BRAÇADEIRA DE NYLON E FECHO EM VELCRO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	300	UND
09	20659	ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND
10	23198	BALANÇA INFANTIL - DIGITAL , PARA AFERIÇÃO DE PESO EM NEONATOS E CRIANÇAS PEQUENAS. CAPACIDADE DE ATÉ 20 KG, COM PLATAFORMA. HOMOLOGADA PELO INMETRO (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	80	UND
11	23194	BALANÇA PESAR PESSOAS 250 KG - BALANÇA PESAR PESSOAS - CAPACIDADE: 250 KG, DIVISÃO: 100 G, PESO: 12,50 KG, DIMENSÃO PLATAFORMA: 363 X 428 MM, DIMENSÃO INDICADOR: 165 X 170 X 58 MM, ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAPETE ANTIDERRAPANTE EM BORRACHA. HOMOLOGADA PELO INMETRO (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	20	UND
12	23200	BOMBA DE AMAMENTAÇÃO ELÉTRICA OU MANUAL, COM COLETOR HIGIÉNICO, INDICADO PARA APOIO Á AMAMENTAÇÃO. INCLUI DESIGN ERGONÔMICO E FÁCIL DE LIMPAR. (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	10	UND
13	23219	COLAR CERVICAL ADULTO AJUSTÁVEL EM 16 POSIÇÕES DE ALTURA. APOIO DE QUEIXO DOBRÁVEL. ABERTURA FRONTAL PARA FACILITAR PROCEDIMENTOS DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOIDOSTOMIA (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
14	23220	COLAR CERVICAL INFANTIL AJUSTÁVEL EM 12 POSIÇÕES DE ALTURA. APOIO DE QUEIXO DOBRÁVEL. ABERTURA FRONTAL PARA FACILITAR PROCEDIMENTOS DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOIDOSTOMIA (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
15	23224	COLETE IMOBILIZADOR DORSAL KED INFANTIL COFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE E IMPERMEÁVEL, ALÇAS PARA LEVANTAMENTO DE VÍTIMA, CINTOS COM CORES PADRONIZADAS, FEITO EM MATERIAL RADIO-TRANSPARENTE, TIRANTES PARA TESTA E QUEIXO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND

16	23223	COLETE IMOBILIZADOR DORSAL KED ADULTO COFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE E IMPERMEÁVEL, ALÇAS PARA LEVANTAMENTO DE VÍTIMA, CINTOS COM CORES PADRONIZADAS, FEITO EM MATERIAL RADIO-TRANSPARENTE, TIRANTES PARA TESTA E QUEIXO (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND
17	23227	DEFIBRILADOR EXTERMO AUTOMÁTICO (DEA), COM LUZES DE LEDs: PARA INDICAR NÍVEL DE BATERIA, PARA CADA FASE DO PROCEDIMENTO (PREPARANDO x ANALISANDO x RCP), ALTOFALANTES PARA INSTRUÇÕES, ALERTAS E METRÔNOMO DE RCP. BOTÕES: LIGA/DESLIGA, ENTREGA DE CHOQUE, PACIENTE PEDIÁTRICO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND
18	23190	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS - TIPO* : TIPO BALANÇA PEDIÁTRICA, MODELO: ELÉTRICA, MATERIAL*: GABINETE PLÁSTICO, COMPONENTE I: C/ VISOR E AJUSTE DIGITAL, COMPONENTE II: CONCHA ANATÔMICA EM POLIPROPILENO INJETADO, COMPONENTE III: PÉS REGULÁVEIS, CAPACIDADE MÁXIMA CARGA: ATÉ 15 KG. HOMOLOGADA PELO INMETRO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	35	UND
19	23189	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS - TIPO* : TIPO RÉGUA, MATERIAL*: MADEIRA, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 1,0 M. HOMOLOGADA PELO INMETRO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	35	UND
20	23196	DOPPLER - TIPO: SONNAR PORTÁTIL, ELÉTRICO, AUSCULTA BCF POR ULTRASOM, MODELO: ALTA SENSIBILIDADE, C/ALTO-FALANTE, SOM NÍTIDO, COMPONENTES: REGULADOR VOLUME, SAÍDA P/ FONE OUVIDO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, FREQUÊNCIA: 60 HZ (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	80	UND
21	23208	ESTESIÓMETRO-COMPOSIÇÃO 7 TUBOS COM 1 PAR FILAMENTO NYLON ESPECIAL, APLICAÇÃO: TESTE DE SENSIBILIDADE CUTÂNEA. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	138	UND
22	23202	FITA MÉTRICA-GRADUADA EM CENTÍMETROS E POLEGADAS, FLEXÍVEL E RESISTENTE. IDEAL PARA MEDIÇÕES CORPORais EM AMBIENTE CLÍNICO E DE SAÚDE. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	400	UND
23	23238	CADEIRAS SEM BRAÇOS TIPO BISTRÔ PRODUZIDA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO DE EXELENTE QUALIDADE, LEVE, RESISTENTE. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	1.000	UND
24	23199	FOCOS PORTÁTEIS-LANTERNAS, MÉDICALED, RECARGÁVEL, COMAJUSTEDEINTENSIDADE. IDEALPARAEXAMESMÉDICOSE AMBIENTESDEBAIXA LUMINOSIDADE. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	150	UND

25	23235	FRASCO ASPIRADOR DE REDE COM VACUOMETRO. FRASCO DE COLETOR EM VIDRO. CAPACIDADE DE ATÉ 500ML DE LÍQUIDO/SECREÇÃO (GRADUADO). BOIA DE PROTEÇÃO ANTITRANSBORDAMENTO EM POLIPROPILENO. TAMPA E CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E NYLON. CONEXÕES PADRONIZADAS CONFORME NORMAS ABNT. ESCALA DE VACUÔMETRO: 0 E 76 CM HG (EXTERNA) E 0 A 30 POL.HG (INTERNA) (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	20	UND
26	23201	GELOX - BOLSA TÉRMICA REUTILIZÁVEL, 12X7X2,9 CM, IDEAL PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MATERIAL BIOLÓGICO, COMO VACINAS E MEDICAMENTOS QUE EXIGEM CONTROLE DE TEMPERATURA. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	138	UND
27	23210	HISTERÔMETROTIPOSIMS INSTRUMENTOMETÁLICO, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADO PARA MEDAÇÃO DA PROFUNDIDADE UTERINA. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, COM ESCALA GRADUADA DE 0A12CM, PONTA ARREDONDADA E CORPO MALEÁVEL. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	60	UND
28	23222	IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA INFANTIL IMPERMEÁVEL TIPO HEAD BLOCK AMARELO COM TIRANTES PARA TESTA E QUEIXO E COM ESPAÇO PARA VERIFICAÇÃO DE SAÍDA DE LÍQUIDO PELO OUVIDO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
29	23221	IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA ADULTO IMPERMEÁVEL HEAD BLOCK AMARELO COM TIRANTES PARA TESTA E QUEIXO E COM ESPAÇO PARA VERIFICAÇÃO DE SAÍDA DE LÍQUIDO PELO OUVIDO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
30	23237	INVÓLCRO PARA TRANSLADO COBRE CORPO INFANTIL.COM ZÍPER PUXADOR,LONA PLÁSTICA PEVD DE ALTA RESISTÊNCIA, BARREIRA CONTRA CONTAMINAÇÃO,ODORES, BACTÉRIAS E VÍRUS.DIMENSÕES: 210X90cm.TENSÃO:180kg/cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
31	23236	INVÓLCRO PARA TRANSLADO COBRE CORPO ADULTO.COM ZÍPER PUXADOR,LONA PLÁSTICA PEVD DE ALTA RESISTÊNCIA, BARREIRA CONTRA CONTAMINAÇÃO,ODORES, BACTÉRIAS E VÍRUS.DIMENSÕES: 210X90cm.TENSÃO:180kg/cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
32	23234	KIT 10 COPO FRASCO UMIDIFICADOR PARA OXIGÉNIO 250ML. TAMPA DE POLIPROPILENO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	20	UND
33	23232	KIT COM 10 ALMOTOLIA TRANSPARANTE PARA ALCOOL COM CAPACIDADE DE 100 ml, COM BICO RÍGIDO DE 4,5cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	4	UND

34	23226	KIT DE TALAS MOLDÁVEIS ARAMADAS, CONFECCIONADAS EM EVA E CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS TAMANHOS- PP (30x8cm) ROXO P (53x8cm) AZUL M (63x9cm) LARANJA G(86,5x10cm VERDE GG(102x12cm)AMARELA. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	28	UND
35	23233	KIT VÁLVULA REGULADORA DE OXIGÉNIO PARA CILINDROS. MANOMETRO DE ALTA PRESSÃO COM ESCALA DE 0 A 315 Kgf/cm2. ENTRADA COM FILTRO EM BRONZE SINTETIZADO. FLUXOMETRO COM ESCALA DE 0 A 15 L. CORPO E CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA EM LATÃO CROMADO. SAÍDA DO GÁS CALIBRADO: 3,5 + 0,3 Kgf/cm2 (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
36	23231	KIT OXIGENOTERAPIA CILINDRO 50L COM VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXOMETRO EM METAL CROMADO. CAPACIDADE DE 10 m3. UMIDIFICADOR COMMANGUEIRA DE 1,5m (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND
37	23230	KIT OXIGENOTERAPIA CILINDRO 5L COM VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXOMETRO EM METAL CROMADO. CAPACIDADE DE 0,68 m3, ESCALA DE PRESSÃO DO MANOMETRO: 0 a 31,5 Mpa (0 a 315 Kgf/cm2. ACOMPANHA MOCHILA (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
38	23213	MACA FIXA – MACA PARA ATENDIMENTO EM CONSULTÓRIOS, ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO COM PINTURA EPÓXI, LEITO ESTOFADO EM COURVIM, DENSIDADE MÍNIMA D28, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DIMENSÕES PADRÃO: 1,90M X 60CM X 75CM (CXLXA). CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA: 150KG COM PERNEIRA. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	100	UND
39	23207	MACA GINECOLÓGICA ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA OU EPÓXI, RESISTEN À OXIDAÇÃO.LEITOES. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	45	UND
40	23229	MÁSCARA DE OXIGÉNIO NÃO REINALANTE INFANTIL (TIPO HUDSON) COM RESERVATÓRIO. ACOMPANHA FAIXA ELASTICA PARA FIXAÇÃO NA CABEÇA. MATERIAL TRANSPARENTE, COM TUBO PARA OXIGÉNIO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
41	23228	MÁSCARA DE OXIGÉNIO NÃO REINALANTE (TIPO HUDSON) COM RESERVATÓRIO ADULTO DE 1L. ACOMPANHA FAIXA ELASTICA PARA FIXAÇÃO NA CABEÇA. MATERIAL TRANSPARENTE, COM TUBO PARA OXIGÉNIO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
42	23046	NEGATOSCÓPIO1 BIVOLT,COM PRESILHAS PARA FIXAÇÃO DE RAIOS. ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO E FRENTE E MACRÍLICO BRANCO.DIMENSÕES:45x50cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	10	UND

43	23047	NEGATOSCÓPIO 2BIVOLT, COM PRESILHAS PARA FIXAÇÃO DE RAIOX, ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO E FRENTE E MACRÍLICO BRANCO. DIMENSÕES: 45x50cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	10	UND
44	23203	OTOSCÓPIO - TIPO: CLÍNICO, MODELO: COM VISOR SOBRESALENTE, ALIMENTAÇÃO: 2 PILHAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ERGONÔMICO, LÂMPADA HALÓGENA, 2 SOBRESALENTES, COMPONENTES: JOGO 4 ESPÉCULOS REUSÁVEIS ANTIRREFLEXO NEONATAL, TIPO PROTEÇÃO: ESTOJO PRÓPRIO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	80	UND
45	23204	OXÍMETRO PORTÁTIL-MEDIDOR DE SATURAÇÃO DE OXIGÉNIO NO SANGUE COM VISOR DIGITAL CLARO E PRECISO. INDICADO PARA MONITOR. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	400	UND
46	23211	PINÇA POZZI – PINÇA CIRÚRGICA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA TRAÇÃO DO COLO UTERINO EM PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS. MODELO PADRÃO, COM TRAVA DE SEGURANÇA E PONTAS COM GARRA. TAMANHO APROXIMADO: 25 CM.. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	140	UND
47	23225	PRANCHA DE RESGATE ADULTO EM POLIETILENO AMARELO COM CINTOS DE SEGURANÇA, SUPORTANDO PESO MÁXIMO DE 300Kg. DIMENSÕES: 125x43 cm (CxL). (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND
48	23061	REANIMADOR MANUAL(TIPO AMBU) INFANTIL EM VINIL. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
49	23060	REANIMADOR MANUAL(TIPO AMBU) ADULTO EM VINIL. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND
50	23187	TENSÍOMETRO-OPERAÇÃO: DIGITAL, MATERIAL: PLÁSTICO, RESOLUÇÃO: RESOLUÇÃO 0,1MM, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 60MM, PRESSÃO: (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	230	UND
51	23205	TERMÔMETRO CLÍNICO-DIGITAL, INFRA VERMELHO OU DE CONTATO, PARA A FERIÇÃO DE TEMPERATURA CORPORAL COM PRECISÃO RÁPIDO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	250	UND
52	23206	TERMÔMETRO DE GELADEIRA DIGITAL COM MONITORAMENTO DE TEMPERATURA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS. DESIGN COMPACTO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	72	UND

53	23212	TESOURA CIRÚRGICA RETATESOURA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM BORDAS CORTANTES, INDICADA PARA PROCEDIMENTOS DIVERSOS EM AMBIENTE AMBULATORIAL. (Exclusivo para ME-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	140	UND
----	-------	--	-----	-----

RESERVA DE COTA ME/EPP (25%)

ITEM	COD	DESCRÍÇÃO	Quant	UND
54	23197	APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA - APARELHO PARA MEDAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL, INCLUINDO GORDURA, MÚSCULO, ÁGUA CORPORAL E IMC. COM DISPLAY DIGITAL E FUNÇÃO DE MEMÓRIA PARA ARMAZENAR (Ampla Concorrência)	2	UND
55	23239	APARELHO DE ULTRASSOM COM JATO BICARBONATO: ASPECTO FÍSICO: MOTOR DE BANCADA, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO ABS , INDICAÇÃO:PERIODONTIA/ENDODONTIA/PRÓTESE/DENTÍSTICA , FONTE: ELÉTRICO , INSTALAÇÃO: PONTO DE ENERGIA , COMPONENTES ADICIONAIS: BOMBA PERISTÁLTICA/ RESERVATÓRIO P/ LÍQUIDO/PEDAL , COMPONENTES: 2 PEÇAS DE MÃO, 3 PONTEIRAS. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA	10	UND
56	23193	BALANÇA PESAR PESSOAS - CAPACIDADE: 200 KG, DIVISÃO: 100 G, ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOSTRADOR LCD E ANTROPÔMETRO. HOMOLOGADA PELO INMETRO. AMPLA CONCORRÊNCIA	37	UND
57	24225	CADEIRA DE RODAS ADULTO NA COR PRETA, DOBRÁVEL EM ALUMINIO, REVETIDA EM NEO PRENE, COM SUPORTE PARA OS PES, TRAVA, ACO . (AMPLA CONCORRÊNCIA art. 48, III, da LC 123/2006)	37	UND
58	23042	CADEIRA DE RODAS MANUAL DOBRÁVEL E MAÇO CARBONO PARA OBESOS.CAPACIDADE DE SUPORTAR ATÉ 180KG.ASENTO 62CM. AMPLA CONCORRÊNCIA	12	UND
59	24226	CADEIRA DE RODAS INFANTIL NA COR PRETA DOBRÁVEL EM ALUMINIO REVETIDA EM NEOPRENE, CM SUPORTE PARA OS PES, TRAVA. (AMPLA CONCORRÊNCIA art. 48, III, da LC 123/2006)	25	UND

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021, inclusive a prorrogação integral dos quantitativos registrados, com cancelamento de eventual saldo que subsista ao final do primeiro ano de vigência.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A necessidade de aquisição de materiais hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Socorro surge da importância de garantir o atendimento adequado e continuo a população, especialmente àquelas pessoas que necessitam de cuidados médicos específicos e permanentes, como crianças, adultos e idosos.

2.3. O Levantamento das necessidades foi realizado com base em consultas aos responsáveis pelos setores e unidades de saúde e setores administrativos. As informações coletadas indicam a demanda por materiais hospitalares, garantindo que todas as unidades tenham um fornecimento constante dos materiais, de acordo com as necessidades das unidades.

2.4. A necessidade está evidenciada pela ausência de um fornecimento regular e adequado desses materiais, o que compromete a qualidade do atendimento e pode resultar em problemas de saúde. A falta de materiais hospitalares apropriados também impacta diretamente na eficiência e organização do trabalho nas unidades de saúde, uma vez que os profissionais de saúde enfrentam dificuldades para fornecer um atendimento de qualidade sem os materiais adequados.

2.5. Portanto, a aquisição de materiais hospitalares é uma medida estratégica para atender as exigências operacionais e garantir o bem-estar dos pacientes, conforme o planejamento das atividades de saúde pública no município de Nossa Senhora do Socorro. O fornecimento regular desses itens é fundamental para a continuidade do atendimento adequado e a prevenção de complicações de saúde que poderiam demandar tratamentos mais caros e invasivos.

2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como, para a redução dos impactos ambientais.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de se tratar de material consumo e o valor da contratação é baixo pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.1 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.1 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

4.4.4 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

4.4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.4.6. A obtenção do benefício a que se refere o item 3.2 fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte, aos microempreendedores individuais e às cooperativas que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado

contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.4.7. Os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 são destinados à ampla participação entre os interessados:

4.4.8. Os itens 54, 55, 56, 57, 58 e 59 correspondem à reserva de cota de até 25% do objeto, conforme a legislação vigente, cuja participação será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte, em observância ao disposto no artigo 48, inciso III da Lei Complementar 123/2006.

4.4.9. Os itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53 são destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006, e das cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2007.

4.4.10. Não há óbice à participação das microempresas e empresas de pequeno porte também nos itens em que não lhe seja de destinação exclusiva, seja em função do valor estimado ou da reserva de cota de até 25% do objeto.

4.4.11 Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação os fornecedores que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

4.4.12 Pessoas físicas

4.4.13 Constituídos sob a forma de consórcio em razão da baixa complexidade da contratação;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do envio da nota de empenho, sob demanda.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua São João nº 724. Conj. Parque dos Faróis Nossa Senhora do Socorro/Se CEP: 49-160-000, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

5.4. O prazo para substituição do material será de 10 (dez) dias, contados a partir da notificação da Administração à empresa.



5.5. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

1.1.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

1.1.1 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

1.1.1 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

1.1.1 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

1.1.1 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

1.1.1 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

1.1.1 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição dos produtos mediante o envio da Ordem de Fornecimento, a ser repassada por endereço eletrônico ou retirada pessoalmente pelo fornecedor;

7.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material;

7.3. Atestar o efetivo fornecimento dos produtos, assinando a comprovação de entrega;

7.4. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas neste instrumento;

7.5. Manter preposto, formalmente designado pela secretaria, para fiscalizar a entrega dos Produtos.

Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela **CONTRATADA**;

7.6. Inspecionar os objetos entregues, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao definido;

7.7. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos produtos;

7.8. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se:

2. a) fornecer os produtos em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas;

3. b) Responsabilizar-se integralmente pelos produtos fornecidos, nos termos da legislação vigente;

4. c) Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados ao fornecimento dos produtos;

5. d) Assegurar a CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, mandar refazer qualquer produto que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus para o Município de Nossa Senhora do Socorro, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização eximirá a mesma de suas responsabilidades;

6. e) Apresentar documento fiscal específico discriminando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total;

7. f) Solicitar em tempo hábil, todas as informações que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1.1.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.1.1 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.1.1 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

1.1.1 Multa:

1.1.1.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

9.2.1.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.1.1.1. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) até 20% do valor da contratação.

1.1.1.1. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, até 20% (vinte por cento);

1.1.1.1. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

1.1.1.1. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, até 10% (dez por cento).

1.1.1.1. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de até 10% (dez por cento) do valor da contratação .

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez por cento) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

1.1.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.1.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.1.1 as peculiaridades do caso concreto;

1.1.1 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.1.1 os danos que dela provierem para o Contratante; e

1.1.1 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar de envio da nota de empenho ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado no seguinte endereço: Rua São João nº 724. Conj. Parque dos Faróis Nossa Senhora do Socorro/Se CEP: 49-160-000, Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

10.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 1.1.1 o prazo de validade;
- 1.1.1 a data da emissão;
- 1.1.1 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 1.1.1 o período respectivo de execução do contrato;
- 1.1.1 o valor a pagar; e
- 1.1.1 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 1.1.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 1.1.1 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua



situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

10.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

10.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

10.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

10.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

10.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14.05.2025.

10.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.29. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.30. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.31. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

11.2. O fornecimento do objeto será parcelado sob demanda.

Exigências de habilitação

11.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

11.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

11.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

11.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

11.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

11.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

11.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.30. O fornecedor disponibilizará, caso solicitado pelo agente público, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto;

11.31. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado



pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.32. Apresentação de Alvará de fiscalização fornecido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde da sede do fornecedor. Caso o alvará não conste o prazo de validade, considerar – se -á o prazo de 12 (doze) meses;

11.33. O fabricante deve possuir Autorização de Funcionamento da Anvisa;

Disposições gerais sobre habilitação

11.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata



tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.1.1 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.1.1 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

1.1.1 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Nossa Senhora do Socorro para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no(a) respectivo(a) contrato ou instrumento equivalente.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Nossa Senhora do Socorro, 20 de agosto de 2025.

**Maria das Graças Resende Conegundes Barbosa
Coordenadora de Logística**

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

AMPLA PARTICIPAÇÃO						
ITEM	COD	DESCRÍÇÃO	Quant	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	23197	APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA - APARELHO PARA MEDAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL, INCLUINDO GORDURA, MÚSCULO, ÁGUA CORPORAL E IMC. COM DISPLAY DIGITAL E FUNÇÃO DE MEMÓRIA PARA ARMAZENAR (Ampla Concorrência)	8	UND		
2	23239	APARELHO DE ULTRASSOM COM JATO BICARBONATO: ASPECTO FÍSICO: MOTOR DE BANCADA, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO ABS , INDICAÇÃO:PERIODONTIA/ENDODONTIA/PRÓTESE/DENTÍSTICA , FONTE: ELÉTRICO , INSTALAÇÃO: PONTO DE ENERGIA , COMPONENTES ADICIONAIS: BOMBA PERISTÁLTICA/ RESERVATÓRIO P/ LÍQUIDO/PEDAL , COMPONENTES: 2 PEÇAS DE MÃO, 3 PONTEIRAS. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA	30	UND		
3	23193	BALANÇA PESAR PESSOAS - CAPACIDADE: 200 KG, DIVISÃO: 100 G, ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOSTRADOR LCD E ANTROPÔMETRO. HOMOLOGADA PELO INMETRO. AMPLA CONCORRÊNCIA	113	UND		

4	24225	CADEIRA DE RODAS ADULTO NA COR PRETA, DOBRÁVEL EM ALUMINIO, RESVETIDA EM NEO PRENE, COM SUPORTE PARA OS PES, TRAVA, ACO . (AMPLA CONCORRÊNCIA art. 48, III, da LC 123/2006)	113	UND		
5	23042	CADEIRA DE RODAS MANUAL DOBRÁVEL E MAÇO CARBONO PARA OBESOS.CAPACIDADE DE SUPORTAR ATÉ 180KG.ASENTO 62CM. AMPLA CONCORRÊNCIA	38	UND		
6	24226	CADEIRA DE RODAS INFANTIL NA COR PRETA DOBRÁVEL EM ALUMINIO REVESTIDA EM NEOPRENE, CM SUPORTE PARA OS PES, TRAVA. (AMPLA CONCORRÊNCIA art. 48, III, da LC 123/2006)	75	UND		

EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	COD	DESCRIÇÃO	Quant	UND	VALOR TOTAL	VALOR UNITARIO
7	23209	ADIPÔMETRO - OPERAÇÃO: DIGITAL, MATERIAL: PLÁSTICO, RESOLUÇÃO: RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 60 MM, PRESSÃO: CERCA DE 10 G/MM ² , TOLERÂNCIA: TOLERÂNCIA ATÉ 0,5 MM- (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	40	UND		
8	23191	APARELHO MANUAL PARA AFERIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL, COM BRAÇADEIRA AJUSTÁVEL. MANÔMETRO TIPO ANEROIDE COM MOSTRADOR EM FORMATO DE RELÓGIO, MATERIAL DA BASE EM DURALUMÍNIO, E ESCALA VISÍVEL DE 0 A 300 MMHG. DEVE SER ADEQUADO PARA ADULTOS, COM BRAÇADEIRA DE NYLON E FECHO EM VELCRO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	300	UND		
09	20659	ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND		
10	23198	BALANÇA INFANTIL - DIGITAL, PARA AFERIÇÃO DE PESO EM NEONATOS E CRIANÇAS PEQUENAS. CAPACIDADE DE ATÉ 20 KG, COM PLATAFORMA. HOMOLOGADA PELO INMETRO (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	80	UND		
11	23194	BALANÇA PESAR PESSOAS 250 KG - BALANÇA PESAR PESSOAS - CAPACIDADE: 250 KG, DIVISÃO: 100 G, PESO: 12,50 KG, DIMENSÃO PLATAFORMA: 363 X 428 MM, DIMENSÃO INDICADOR: 165 X 170 X 58 MM, ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAPETE ANTIDERRAPANTE EM BORRACHA. HOMOLOGADA PELO INMETRO (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	20	UND		

12	23200	BOMBA DE AMAMENTAÇÃO ELÉTRICA OU MANUAL, COM COLETOR HIGIÉNICO, INDICADO PARA APOIO Á AMAMENTAÇÃO. INCLUI DESIGN ERGONÔMICO E FÁCIL DE LIMPAR. (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	10	UND		
13	23219	COLAR CERVICAL ADULTO AJUSTÁVEL EM 16 POSIÇÕES DE ALTURA. APOIO DE QUEIXO DOBRÁVEL. ABERTURA FRONTAL PARA FACILITAR PROCEDIMENTOS DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOIDOSTOMIA (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND		
14	23220	COLAR CERVICAL INFANTIL AJUSTÁVEL EM 12 POSIÇÕES DE ALTURA. APOIO DE QUEIXO DOBRÁVEL. ABERTURA FRONTAL PARA FACILITAR PROCEDIMENTOS DE TRAQUEOSTOMIA E CRICOTIREOIDOSTOMIA (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND		
15	23224	COLETE IMOBILIZADOR DORSAL KED INFANTIL COFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE E IMPERMEÁVEL, ALÇAS PARA LEVANTAMENTO DE VÍTIMA, CINTOS COM CORES PADRONIZADAS, FEITO EM MATERIAL RADIO-TRANSPARENTE, TIRANTES PARA TESTA E QUEIXO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND		
16	23223	COLETE IMOBILIZADOR DORSAL KED ADULTO COFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE E IMPERMEÁVEL, ALÇAS PARA LEVANTAMENTO DE VÍTIMA, CINTOS COM CORES PADRONIZADAS, FEITO EM MATERIAL RADIO-TRANSPARENTE, TIRANTES PARA TESTA E QUEIXO (Exclusivo para ME/EPP, conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND		
17	23227	DEFIBRILADOR EXTERMO AUTOMÁTICO (DEA), COM LUZES DE LEDs: PARA INDICAR NÍVEL DE BATERIA, PARA CADA FASE DO PROCEDIMENTO (PREPARANDO x ANALISANDO x RCP), ALTOFALANTES PARA INSTRUÇÕES, ALERTAS E METRÔNOMO DE RCP. BOTÕES: LIGA/DESLIGA, ENTREGA DE CHOQUE, PACIENTE PEDIÁTRICO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND		
18	23190	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS - TIPO*: TIPO BALANÇA PEDIÁTRICA, MODELO: ELÉTRICA, MATERIAL*: GABINETE PLÁSTICO, COMPONENTE I: C/ VISOR E AJUSTE DIGITAL, COMPONENTE II: CONCHA ANATÔMICA EM POLIPROPILENO INJETADO, COMPONENTE III: PÉS REGULÁVEIS, CAPACIDADE MÁXIMA CARGA: ATÉ 15 KG. HOMOLOGADA PELO INMETRO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	35	UND		

19	23189	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS - TIPO*: TIPO RÉGUA, MATERIAL*: MADEIRA, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 1,0 M. HOMOLOGADA PELO INMETRO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	35	UND		
20	23196	DOPPLER - TIPO: SONNAR PORTÁTIL, ELÉTRICO, AUSCULTA BCF POR ULTRASOM, MODELO: ALTA SENSIBILIDADE, C/ALTO-FALANTE, SOM NÍTIDO, COMPONENTES: REGULADOR VOLUME, SAÍDA P/ FONE OUVIDO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, FREQUÊNCIA: 60 HZ (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	80	UND		
21	23208	ESTESÔMETRO-COMPOSIÇÃO 7 TUBOS COM 1 PAR FILAMENTO NYLON ESPECIAL, APLICAÇÃO: TESTE DE SENSIBILIDADE CUTÂNEA. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	138	UND		
22	23202	FITA MÉTRICA-GRADUADA EM CENTÍMETROS E POLEGADAS, FLEXÍVEL E RESISTENTE. IDEAL PARA MEDIÇÕES CORPORAIS EM AMBIENTE CLÍNICO E DE SAÚDE. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	400	UND		
23	23238	CADEIRAS SEM BRAÇOS TIPO BISTRÔ PRODUZIDA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO DE EXCELENTE QUALIDADE, LEVE, RESISTENTE. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	1.000	UND		
24	23199	FOCOS PORTÁTEIS-LANTERNAS, MÉDICALED, RECARREGÁVEL, COMAJUSTE DE INTENSIDADE. IDEAL PARA EXAMES MÉDICOS E AMBIENTES DE BAIXA LUMINOSIDADE. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	150	UND		
25	23235	FRASCO ASPIRADOR DE REDE COM VACUOMETRO. FRASCO DE COLETOR EM VIDRO. CAPACIDADE DE ATÉ 500ML DE LÍQUIDO/SECREÇÃO (GRADUADO). BOIA DE PROTEÇÃO ANTITRANSBORDAMENTO EM POLIPROPILENO. TAMPA E CONFECIONADA EM POLIPROPILENO E NYLON. CONEXÕES PADRONIZADAS CONFORME NORMAS ABNT. ESCALA DE VACUÔMETRO: 0 E 76 CM HG (EXTERNA) E 0 A 30 POL.HG (INTERNA) (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	20	UND		
26	23201	GELOX - BOLSA TÉRMICA REUTILIZÁVEL, 12X7X2,9 CM, IDEAL PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MATERIAL BIOLÓGICO, COMO VACINAS E MEDICAMENTOS QUE EXIGEM CONTROLE DE TEMPERATURA. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	138	UND		

27	23210	HISTERÔMETROTIPOSIMS INSTRUMENTOMETÁLICO, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADO PARA MEDAÇÃO DA PROFUNDIDADE UTERINA. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRURGICO, COM ESCALA GRADUADADE0A12CM, PONTA ARREDONDADAE CORPO MALEÁVEL. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	60	UND	
28	23222	IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA INFANTIL IMPERMEÁVEL TIPO HEAD BLOCK AMARELO COM TIRANTES PARA TESTA E QUEIXO E COM ESPAÇO PARA VERIFICAÇÃO DE SAÍDA DE LÍQUIDO PELO OUVIDO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND	
29	23221	IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA ADULTO IMPERMEÁVEL HEAD BLOCK AMARELO COM TIRANTES PARA TESTA E QUEIXO E COM ESPAÇO PARA VERIFICAÇÃO DE SAÍDA DE LÍQUIDO PELO OUVIDO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND	
30	23237	INVÓLUCRO PARA TRANSLADO COBRE CORPO INFANTIL.COM ZÍPER PUXADOR,LONA PLÁSTICA PEBD DE ALTA RESISTÊNCIA, BARREIRA CONTRA CONTAMINAÇÃO,ODORES, BACTÉRIAS E VÍRUS.DIMENSÕES: 210X90cm.TENSÃO:180kg/cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND	
31	23236	INVÓLUCRO PARA TRANSLADO COBRE CORPO ADULTO.COM ZÍPER PUXADOR,LONA PLÁSTICA PEBD DE ALTA RESISTÊNCIA, BARREIRA CONTRA CONTAMINAÇÃO,ODORES, BACTÉRIAS E VÍRUS.DIMENSÕES: 210X90cm.TENSÃO:180kg/cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND	
32	23234	KIT 10 COPO FRASCO UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO 250ML. TAMPA DE POLIPROPILENO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	20	UND	
33	23232	KIT COM 10 ALMOTOLIA TRANSPARANTE PARA ALCOOL COM CAPACIDADE DE 100 ml, COM BICO RÍGIDO DE 4,5cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	4	UND	
34	23226	KIT DE TALAS MOLDÁVEIS ARAMADAS, CONFECCIONADAS EM EVA E CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS TAMANHOS- PP (30x8cm) ROXO P (53x8cm) AZUL M (63x9cm) LARANJA G(86,5x10cm VERDE GG(102x12cm)AMARELA. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	28	UND	

35	23233	KIT VÁLVULA REGULADORA DE OXIGÊNIO PARA CILINDROS. MANOMETRO DE ALTA PRESSÃO COM ESCALA DE 0 A 315 Kgf/ cm2. ENTRADA COM FILTRO EM BRONZE SINTETIZADO. FLUXOMETRO COM ESCALA DE 0 A 15 L. CORPO E CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA EM LATÃO CROMADO. SAÍDA DO GÁS CALIBRADO: 3,5 + 0,3 Kgf/cm2 (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND			
36	23231	KIT OXIGENOTERAPIA CILINDRO 50L COM VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXOMETRO EM METAL CROMADO. CAPACIDADE DE 10 m3. UMIDIFICADOR COMMANGUEIRA DE 1,5m (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND			
37	23230	KIT OXIGENOTERAPIA CILINDRO 5L COM VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXOMETRO EM METAL CROMADO. CAPACIDADE DE 0,68 m3, ESCALA DE PRESSÃO DO MANOMETRO: 0 a 31,5 Mpa (0 a 315 Kgf/cm2. ACOMPANHA MOCHILA (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND			
38	23213	MACA FIXA – MACA PARA ATENDIMENTO EM CONSULTÓRIOS, ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO COM PINTURA EPÓXI, LEITO ESTOFADO EM COURVIM, DENSIDADE MÍNIMA D28, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DIMENSÕES PADRÃO: 1,90M X 60CM X 75CM (CXLXA). CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA: 150KG COM PERNEIRA. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	100	UND			
39	23207	MACA GINECOLÓGICA ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA OU EPÓXI, RESISTEN À OXIDAÇÃO.LETOES. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	45	UND			
40	23229	MÁSCARA DE OXIGÊNIO NÃO REINALANTE INFANTIL (TIPO HUDSON) COM RESERVATÓRIO. ACOMPANHA FAIXA ELÁSTICA PARAFIXAÇÃO NA CABEÇA. MATERIAL TRANSPARENTE, COM TUBO PARA OXIGÊNIO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND			
41	23228	MÁSCARA DE OXIGÊNIO NÃO REINALANTE (TIPO HUDSON) COM RESERVATÓRIO ADULTO DE 1L. ACOMPANHA FAIXA ELÁSTICA PARAFIXAÇÃO NA CABEÇA. MATERIAL TRANSPARENTE, COM TUBO PARA OXIGÊNIO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND			
42	23046	NEGATOSCÓPIO1 BIVOLT,COM PRESILHAS PARA FIXAÇÃO DE RAIOS.ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO E FRENTES MACRÍLICO BRANCO.DIMENSÕES:45x50cm. (Exclusivo para Me-	10	UND			

		EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)			
43	23047	NEGATOSCÓPIO 2BIVOLT, COM PRESILHAS PARA FIXAÇÃO DE RAIOS X. ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO E FRENTE E MACRÍLICO BRANCO. DIMENSÕES: 45x50cm. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	10	UND	
44	23203	OTOSCÓPIO - TIPO: CLÍNICO, MODELO: COM VISOR SOBRESENTE, ALIMENTAÇÃO: 2 PILHAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ERGONÔMICO, LÂMPADA HALÓGENA, 2 SOBRESENTE, COMPONENTES: JOGO 4 ESPÉCULOS REUSÁVEIS ANTIRREFLEXO NEONATAL, TIPO PROTEÇÃO: ESTOJO PRÓPRIO (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	80	UND	
45	23204	OXÍMETRO PORTÁTIL-MEDIDOR DE SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO NO SANGUE COM VISOR DIGITAL CLARO E PRECISO. INDICADO PARA MONITOR. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	400	UND	
46	23211	PINÇA POZZI – PINÇA CIRÚRGICA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA TRAÇÃO DO COLO UTERINO EM PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS. MODELO PADRÃO, COM TRAVA DE SEGURANÇA E PONTAS COM GARRA. TAMANHO APROXIMADO: 25 CM.. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	140	UND	
47	23225	PRANCHA DE RESGATE ADULTO EM POLIETILENO AMARELO COM CINTOS DE SEGURANÇA, SUPORTANDO PESO MÁXIMO DE 300Kg. DIMENSÕES: 125x43 cm (CxL). (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	7	UND	
48	23061	REANIMADOR MANUAL(TIPO AMBU) INFANTIL EM VINIL. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND	
49	23060	REANIMADOR MANUAL(TIPO AMBU) ADULTO EM VINIL. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	14	UND	
50	23187	TENSÍOMETRO-OPERAÇÃO: DIGITAL, MATERIAL: PLÁSTICO, RESOLUÇÃO: RESOLUÇÃO 0,1MM, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 60MM, PRESSÃO: (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	230	UND	

51	23205	TERMÔMETRO CLÍNICO-DIGITAL, INFRA VERMELHO OU DE CONTATO, PARA A FERIÇÃO DE TEMPERATURA CORPORAL COM PRECISÃO RÁPIDO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	250	UND		
52	23206	TERMÔMETRO DE GELADEIRA DIGITAL COM MONITORAMENTO DE TEMPERATURA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS. DESIGN COMPACTO. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	72	UND		
53	23212	TESOURA CIRÚRGICA RETATESOURA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM BORDAS CORTANTES, INDICADA PARA PROCEDIMENTOS DIVERSOS EM AMBIENTE AMBULATORIAL. (Exclusivo para Me-EPP conforme art. 48, I, da LC 123/2006)	140	UND		

RESERVA DE COTA ME/EPP (25%)						
ITEM	COD	DESCRIÇÃO	Quant	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
54	23197	APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA - APARELHO PARA MEDAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL, INCLUINDO GORDURA, MÚSCULO, ÁGUA CORPORAL E IMC. COM DISPLAY DIGITAL E FUNÇÃO DE MEMÓRIA PARA ARMAZENAR (Ampla Concorrência)	2	UND		
55	23239	APARELHO DE ULTRASSOM COM JATO BICARBONATO: ASPECTO FÍSICO: MOTOR DE BANCADA, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO ABS , INDICAÇÃO: PERIODONTIA/ENDODONTIA/P RÓTESE/DENTÍSTICA , FONTE: ELÉTRICO , INSTALAÇÃO: PONTO DE ENERGIA , COMPONENTES ADICIONAIS: BOMBA PERISTÁLTICA/ RESERVATÓRIO P/ LÍQUIDO/PEDAL , COMPONENTES: 2 PEÇAS DE MÃO, 3 PONTEIRAS. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA	10	UND		
56	23193	BALANÇA PESAR PESSOAS - CAPACIDADE: 200 KG, DIVISÃO: 100 G, ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOSTRADOR LCD E ANTROPÔMETRO. HOMOLOGADA PELO INMETRO. AMPLA CONCORRÊNCIA	37	UND		

57	24225	CADEIRA DE RODAS ADULTO NA COR PRETA, DOBRÁVEL EM ALUMINIO, RESVETIDA EM NEO PRENE, COM SUPORTE PARA OS PES, TRAVA, ACO . (AMPLA CONCORRÊNCIA art. 48, III, da LC 123/2006)	37	UND		
58	23042	CADEIRA DE RODAS MANUAL DOBRÁVEL E MAÇO CARBONO PARA OBESOS.CAPACIDADE DE SUPORTAR ATÉ 180KG.ASENTO 62CM. AMPLA CONCORRÊNCIA	12	UND		
59	24226	CADEIRA DE RODAS INFANTIL NA COR PRETA DOBRÁVEL EM ALUMINIO REVESTIDA EM NEOPRENE, CM SUPORTE PARA OS PES, TRAVA. (AMPLA CONCORRÊNCIA art. 48, III, da LC 123/2006)	25	UND		

Valor total por extenso: R\$ XXXXXXXXXXXX

(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

Validade da Proposta: no mínimo 90 dias;

Telefone/Fax: (xx) xxxx-xxxx;

e-mail:(fundamental para o envio da Nota de Empenho);

Agência: (xxxxx) No da Conta Corrente: (xxxxx)

_____, __ de ____ de 2025.

Assinatura do representante legal

No da Conta Corrente: (xxxxx)



APÊNDICE 01 DO ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**(O ARQUIVO DO ETP FOI ANEXADO JUNTAMENTE
COM O EDITAL DE LICITAÇÃO)**



APÊNDICE 02 DO ANEXO II

MAPA DE RISCO

**(O ARQUIVO DO ETP FOI ANEXADO JUNTAMENTE
COM O EDITAL DE LICITAÇÃO)**



ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.128.814/0001-58, localizada à Av. Vereador João Dias da Cruz, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco – Bairro: Centro Histórico, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, neste ato representado por seu Prefeito o senhor **Samuel Carvalho dos Santos Júnior**, CPF nº. 007.***.***-31, doravante denominado **CONTRATANTE**, através da **Secretaria Municipal da Administração**, denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Administração, o Senhor ~~xxxxxxxxxxxxxx~~, CPF N° xxx.***.***-xx, juntamente com o **Fundo Municipal da Saúde - FMS**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.113.056/0001-39, neste ato representado pela Secretaria Municipal da Saúde e do Básico, a senhora ~~xxxxxxxxxxxxxx~~, CPF N° xxx.***.***-xx; considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 14/2025/SRP/SEMUSA, publicada no de/...../2025, processo administrativo nº 41/2025/PMNSS, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025/SRP/PMNSS** sujeitando-se as partes às normas constantes no art. nº 82 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto nº 11.462/2023 de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual aquisição de Materiais Hospitalares para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Nossa Senhora do Socorro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 14/2025/SRP/PMNSS, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL) (ART. 41)	MODELO (SE EXIGIDO NO EDITAL) (ART. 41)	UNID	QNT D	VALO R UND

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão Gestor da Ata de Registro de Preços:

3.1. Secretaria Municipal da Administração

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP NÃO poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA (art. 84)

5.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021, inclusive a prorrogação integral dos quantitativos registrados, com cancelamento de eventual saldo que subsista ao final do primeiro ano de vigência.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada que não será aceito proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obriga nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que irão compor o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observando o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou seus anexos, de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos

termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, (art. 30 do Decreto 11.462 de 2023).

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuênciia do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

- 9.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.10. Por razão de interesse público;
- 9.11. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.12. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO II DO EDITAL.**
- 11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



Nossa Senhora do Socorro/SE, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2025.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito

Órgão gerenciador

XXXXXX
Secretário Municipal da Administração



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

FORNECEDOR 01

Anexo I

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário (art. 18 alínea “a” do Decreto 11.462/2023):

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	FABRICANTE	UND	QNTD	VALOR UN	PRAZO VALIDADE

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original (art. 18 alínea “b” do Decreto 11.462/2023):

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	FABRICANTE	UND	QNTD	VALOR UN	PRAZO VALIDADE